

# A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina

Fernando J. Devoto

Tradução de Antonio Brasil Jr.

As relações que a história estabeleceu com outras ciências nos séculos XIX e XX foram se modificando ao longo do tempo em qualquer contexto ocidental e, portanto, também na Argentina. Elas oscilaram entre a indiferença ou a hostilidade de uma disciplina antiga que procurava definir sua cientificidade em oposição, primeiro, à filosofia e, depois, às ciências das naturezas (e às ciências sociais que usavam como paradigma as da natureza), e uma assunção acrítica e indiscriminada do vocabulário, dos métodos e dos esquemas conceituais destas últimas. Recorrentes debates marcaram assim a segunda metade do século anterior à Primeira Guerra Mundial, no contexto do clima “positivista”, até que foram encerrados, antes ou depois de acordo com os casos nacionais, com a assunção por parte da grande maioria dos historiadores de uma ideia de história entendida como uma disciplina de baixa densidade teórica, orientada para o estudo dos fenômenos individuais e irrepetíveis, no marco de uma perspectiva de singularização e não de generalização dos processos históricos. Os debates se deram tanto entre aqueles que se podiam definir como historiadores quanto entre estes e os cultores de outras ciências sociais como a economia e a sociologia<sup>1</sup>.

Nesse contexto, o caso argentino não é original, ainda que o processo tenha adquirido modulações e temporalidades próprias que buscaremos indagar aqui. Não o é, antes de tudo, porque a história e as ciências sociais argentinas olharam permanentemente para a Europa em busca de esque-

1. Entre os mais emblemáticos destes debates encontram-se: a *Methodenstreit* (ou querela dos métodos) entre Carl Menger e Gustav Schmoller, a discussão em torno da obra de Lamprecht, a polêmica entre N. Fustel de Coulanges e Gustav Monod, a que opôs Paul Lacombe a Alexandru Xenopol, e aquele que confrontou François Simiand e Émile Durkheim com Charles Seignobos, ou de Benedetto Croce com a chamada escola econômico-jurídica italiana. Acerca de cada um deles podem ser vistos: Reinert (2003, pp. 160-192); Chickering (1993, pp. 211-252); Hartog (1988); Arcangeli e Platania (1981); Virad *et al.* (1997); Pertici (1999).

mas, modelos e práticas para aplicar ao próprio caso. Embora seja evidente que, do ponto de vista interpretativo (e também do erudito), muitas das obras produzidas na metade de século anterior à Primeira Guerra Mundial também eram tributárias de outras publicadas antes na Argentina e inclusive em outros âmbitos sul-americanos, e que existia uma trama de debates e intercâmbios que abarcavam esse espaço, nessas questões acima aludidas os exemplos procediam da Europa e isso ocorrerá do mesmo modo posteriormente. Também é evidente que aqueles esquemas e modelos eram recebidos frequentemente sem benefício de inventário e mesclados algumas vezes de modo engenhoso, outras de maneira contraditória.

O ponto de partida de uma historiografia moderna na Argentina, se nos ativermos a dar relevância à nova combinação entre erudição, método filológico-crítico e esquemas gerais, que se costuma admitir como ponto de partida para a operação histórica<sup>2</sup>, encontra-se na *Historia de Belgrano* de Bartolomé Mitre, de 1857. A obra, influenciada pelos modelos historiográficos liberais da primeira metade do século XIX (e pelo clima mais geral do romantismo), enquadra-se claramente no processo de individualização, singularização e erudição (com sua ênfase no papel dos documentos, na especificidade do processo histórico argentino e na liberdade do indivíduo na história), estando bem longe das incitações que por então emergiam dos historiadores positivistas europeus. A história de Mitre, que consagra, ao mesmo tempo, um personagem individual, Belgrano, e outro coletivo, o povo argentino, por meio da gesta da revolução de independência, contém todas as características de um processo cujo sentido se encontra no marco conceitual de uma nação. Não é necessário recriminar Mitre por isso, já que finalmente aqueles modelos liberais e o clima romântico seguiam vigentes no contexto europeu, muito embora se deva assinalar que este último, que podia ser uma novidade quando Esteban Echeverría o trouxe ao Prata, já não o era um quarto de século mais tarde.

Certamente, o positivismo também começou sua carreira no Rio da Prata pouco tempo depois, mas seu influxo na historiografia deveria demorar mais tempo. Um eco de que as coisas estavam mudando no clima geral já se encontra no texto, que passou longo tempo inédito, escrito por Juan Bautista Alberdi por volta de 1865 para criticar a *Historia* de Mitre, “Belgrano y sus historiadores”, no qual propunha uma leitura completamente diferente da revolução de maio. Esta era filha, em sua leitura, de causas profundas e não da vontade dos homens, era filha de leis ou forças naturais e dos interesses econômicos. Desse modo, a revolução rio-platense era um apêndice da

2. Ver Momigliano (1950, pp. 285-315).

revolução americana que, por sua vez, era um apêndice das revoluções europeias (ideia tributária da noção de “revolução atlântica” de Tocqueville) (cf. Alberdi, 1974, pp. 31-70). Por outra parte, esse observador atento que era Mitre incorporou os motivos que emergiam do positivismo na introdução que antepôs, em 1876-1877, à terceira edição da agora chamada *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Nela, também tentou encontrar as determinações profundas que explicavam, desde sua própria origem na época colonial, o destino posterior da Argentina. A raça, o meio físico, as relações sociais, a sociabilidade, a característica de suas instituições aparecem entre outras constantes dessa história. Embora o texto não tenha referências, parece que Mitre – que alude duas vezes à existência de leis naturais (cf. Mitre, 1967, pp. 18 e 25) – aproveitou aqui as proposições historiográficas do positivismo e provavelmente se deva indicar o nome de Taine, que já havia tematizado algumas dessas mesmas questões apresentadas pelo historiador de Belgrano (como a raça e o meio) na conhecida e tão determinista introdução de 1863 (“a história, seu presente e seu porvir”) que abre sua *História da literatura inglesa*, e o de Henry Buckle, com sua ênfase no papel do ambiente físico (cf. Taine, 1863, pp. III-XLVIII; Buckle, 1865, pp. 5-17). Mais ainda, talvez se possa sugerir que sua imagem tão positiva da época colonial poderia ser vista em muitos pontos como um olhar sobre o caso argentino em oposição à primeira parte da obra de Taine sobre o Antigo Regime, que é do ano anterior (cf. Taine, 1986). De todo modo, essas inovações de Mitre devem ser vistas também a partir de seus limites. Não se trata de uma enunciação de novos princípios gerais conceituais ou metodológicos, e sim de uma influência mais genérica que opera como aplicação prática e que, por outro lado, caso se refletita parcialmente nos capítulos reorganizados ou agregados nessa edição (na qual a narração se estende de 1816 até a crise do ano de 1920 e seu desenlace), não altera em nada o eixo da história tal qual havia sido narrada nas edições anteriores. Por outro lado, quando anos mais tarde (em 1886) Mitre publica sua segunda grande obra, *La historia de San Martín y de la independencia sudamericana*, voltaremos a encontrar uma obra dentro dos cânones da visão da história liberal e romântica da primeira metade do século XIX, com sua ênfase na história política e nos heróis como emergentes de coletividades nacionais.

Os limites na abertura à historiografia positivista – e às outras ciências sociais em geral – podem ser percebidos com maior clareza ainda no debate que travaram Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López em 1881-1882 e que constitui, em qualquer visão clássica, o momento em que se

organiza o campo historiográfico argentino. Certamente ali aparecem indicados alguns dos historiadores positivistas (Buckle, Taine), mas de forma bastante decepcionante. Com relação a Taine, mesmo que ambos se detinham em *As origens da França contemporânea*, percebendo a importância do livro na historiografia da época, fazem-no simplesmente para extrair argumentos para suas próprias perspectivas acerca da prática histórica. Mitre, erudito empirista e acumulativo, defende a ideia de que a novidade da obra de Taine se refere ao achado de novas fontes que lhe permitem oferecer uma renovada leitura da revolução. López, que não acreditava nesse procedimento, já que, segundo ele, cada historiador reconstrói a história a partir de um ponto de vista próprio (e sempre segundo seus interesses e seu partido), e por isso cada leitura é única, impessoal e intransferível, e que, ainda, acreditava pouco nos documentos e muito mais nas virtudes artísticas, vê em Taine uma nova interpretação da revolução, que negava seu caráter “liberal e progressista” (o que, na forma em que o formulava, não era incorreto), e não uma nova erudição (cf. López, 1921, pp. 222-224). Com relação a Buckle, López o cita brevemente junto com outros historiadores com tendências filosóficas, entre os quais se inclui – e entre os quais inclui Taine, mas também outros pertencentes à estação historiográfica anterior, de Thiers a Michelet, de Carlyle a Macaulay (o maior de todos para ele junto com os antigos). Mitre responde que Buckle, “não obstante suas faculdades generalizadoras e suas tendências filosóficas”, havia sustentado a prioridade da “vasta reconstrução dos fatos” e que cada linha de sua obra estava “comprovada com uma biblioteca citada no rodapé”. Ambos, no entanto, parecem passar por alto todas as questões metodológicas que os positivistas tinham se esforçado para apresentar, além de sua ideia mesma de ciência histórica (cf. Mitre 1921, pp. 28-30; López, 1921, p. 84).

O que a polêmica mostra é em quão grande medida ambos estão ancorados historiograficamente na primeira metade do século XIX. Por exemplo, Mitre cita brevemente Wilhelm von Humboldt como emblema de história científica – e esta observação é certamente perspicaz, já que é na conhecida conferência de Humboldt de 1821 que tantos procurariam, de Ranke a Dilthey ou ao jovem Croce, o novo ponto de partida teórico para a disciplina<sup>3</sup>. E apesar de mostrar que havia lido alguns dos economistas clássicos, por exemplo Thomas Malthus, coloca-o argumentativamente (em sua polêmica contra López sobre a população) junto ao matemático suíço do século XVIII, Leonhard Euler (cf. Mitre, 1916, p. 57). López, por sua vez, era ainda menos aberto às novidades que pudessem provir não já de

3. O texto clássico de Humboldt é “Ueber die Aufgabe des Geschichtschreibers”, citado aqui na versão italiana. Ver Humboldt (1980, pp. 117-139).

historiadores positivistas, mas de economistas ou sociólogos. É bem conhecido que acreditava muito mais que Mitre nos historiadores antigos (e também se sabe o quanto Tucídides o influenciou em sua interpretação da crise argentina do ano de 1920). Mitre, em contrapartida, ainda que igualmente pouco disponível às novas ciências sociais, ao menos percebia bem todas as distâncias que as convenções historiográficas oitocentistas estabeleciam entre os historiadores antigos e os modernos. Alguma vez afirmou, por exemplo, o contrário de Fustel de Coulanges: que Niebuhr com suas escavações havia refeito completamente Tito Lívio. Por outra parte, López, não sem algumas ambivalências precedentes (como veremos), graças à sua curiosidade para com todas as novidades, foi na polêmica muito mais explícito que Mitre em sua rejeição à aplicabilidade das concepções historiográficas das ciências naturais e do positivismo ao caso argentino. Como escreveu: “Nós não atuamos nas grandes evoluções da História e da civilização [...] não podemos por essa razão elevar os nossos acontecimentos pátrios às regiões transcendentalíssimas dessas escolas da ciência pura que estudam as origens e as leis imanentes da civilização” (López, 1921, p. 262).

Em todo caso, essas e outras referências às novas correntes historiográficas de então (acompanhadas de uma quase total ausência de referências às novas ciências sociais) são notas marginais a uma polêmica que de uma maneira muito tradicional se detém em discutir sobre os “fatos” e os documentos, sobre inexatidões e possíveis plágios.

Estando dessa maneira as coisas entre os pais da historiografia moderna argentina, era presumível que as modas aparecessem numa nova geração historiográfica. Em 1878, José María Ramos Mejía publica a primeira parte de *Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina*, propondo uma visão sobre as figuras do passado a partir dos avanços das ciências naturais. Vicente Fidel López, que lhe fez um prólogo simpático mas com reservas heurísticas, chamou o livro de uma obra de “ciência pura” que aspirava a abrir uma nova etapa nos estudos sociais argentinos ao aplicar nestes as conquistas das ciências naturais. Isso significava a introdução das leis da evolução na vida social incorporando em seu estudo o papel dos “germens físicos”, da “raça” e do “meio ambiente de seu tempo e de seu país” (López, [1878]\* 1932, pp. 69-73).

O mesmo livro de Ramos Mejía celebrava no seu primeiro capítulo a enorme transformação que trazia o avanço da “biologia”, o que permitia deixar para trás aquilo que Auguste Comte (cujo *Curso de filosofia positiva* era para ele “um dos produtos mais perfeitos do espírito humano”) tinha

\* A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor (N. E.).

chamado de épocas “teológica e metafísica”. No entanto, assim que se inicia o livro já se observa que a operação que Ramos Mejía realiza é psiquiatria retrospectiva, e não uma operação histórica. Percebe-se também que, do mesmo modo como vimos em Mitre e em López, a recepção dos historiadores positivistas ou das novas ciências sociais é bastante ocasional. Duas citações de Taine (uma referida a seu ensaio sobre Jonathan Swift e a outra provavelmente à primeira parte de *Les origines*) e uma de Buckle, na segunda parte publicada em 1882, referida ao papel do meio climático sobre o caráter, são insuficientes. O que domina o livro não é a influência “teórica” dos historiadores e cientistas sociais positivistas, e sim a literatura médica psiquiátrica. Não é tampouco a combinação de elementos conceituais e interpretativos procedentes das ciências da natureza acompanhada de uma vasta erudição. Pelo contrário, o conhecimento do passado que o livro propõe é pobre e de segunda mão, e serve apenas para ilustrar as teses médicas de Ramos Mejía (em especial aquelas vinculadas à teoria das localizações cerebrais e à emergente psicologia das massas à maneira de Despine ou Laborde) com uma boa fatura literária. Era, por outra parte, a operação exatamente contrária à que, na Europa, estava fazendo Taine, que, em *Les origines*, não deixava certamente de referir-se aos 12 milhões de “células cerebrais” cuja combinação singular era como um impreciso mecanismo de relojoaria (que, se não dava a hora mais ou menos certa, levava à alucinação, ao delírio e à monomania), mas o fazia em anotações dispersas, perdidas num oceano integrado por outras anotações sociais, ideológicas, culturais que, além disso, repousavam sobre uma extensa erudição (cf. Taine, 1986, p. 178). Esse balanceio inverso não é tão surpreendente se observamos que Ramos Mejía é um jovem estudante de medicina pouco antes de se formar, que leu rápida e desordenadamente os livros que chegavam à sua mão e que opera sobre um território intelectual no qual a erudição carece de peso e de tradição. Novamente, encontramos aqui uma influência genérica do positivismo em termos historiográficos que é parte de uma decidida inserção em climas deterministas nos quais o comportamento das pessoas foi subtraído à sua vontade e à sua consciência dos fatos.

Alguns anos depois, em 1887, o irmão mais velho de José María, Francisco Ramos Mejía, advogado, oferece outra visão sintética apoiada no credo positivista. À primeira vista, *El federalismo argentino* é uma obra que deve colocar-se sob a invocação de Spencer e das leis orgânicas da evolução, citadas reiteradamente. Entretanto, analisando-se mais de perto, a obra deve menos do que parece a Spencer e muito mais a Savigny e ao seu enfoque

historicista do direito. Há pouco no livro do complexo movimento de estruturas e funções spenceriano; há, sim, uma história social-institucional que propunha uma leitura baseada em fontes secundárias, em sua grande maioria historiadores (Mitre, López e historiadores institucionais espanhóis e ingleses). Entre as citações de positivistas aparecem apenas brevemente Taine (*Les origines*) e Fustel de Coulanges (*La ciudad antigua*). Tudo integrado num relato ágil e no qual predominam as forças sociais sobre as instituições e a necessidade sobre a liberdade (“com as forças da natureza não se faz o que se quer, e sim o que se pode”). Contudo, muito mais prudente que seu irmão, não exibia as referências que podiam vinculá-lo com o movimento científico (mesmo que estivesse certamente imerso nele, como mostra o seu lugar central na Sociedade de Antropologia Jurídica, da qual foi fundador) e inclusive pedia desculpas ao leitor por citar a “integração de matéria social (se me permite o spencerismo)” (Ramos Mejía, 1915, p. 216). Novamente, encontramos aqui um uso genérico e ocasional da historiografia positivista europeia e um quadro que recupera no essencial alguns traços fortes da mesma, embora, neste caso, atenuados por uma reintrodução do papel dos grandes homens na história, seja como “anéis indispensáveis” através dos quais as causas gerais produzem os efeitos (e aqui a caução é uma referência a John S. Mill), seja, indo mais além, e à maneira romântica, porque “personificam as tendências e aspirações de seu povo” e inclusive as orientam ou as potencializam (cf. *Idem*, p. 315).

Para além das ambiguidades, o positivismo, as ilusões da ciência, seus climas e seus motivos continuaram em expansão na Argentina entre o século XIX e o século XX. Como disse Paul Groussac, em prólogo a outra obra de José María Ramos Mejía, *La locura en la historia*, em 1895, para mostrar a mudança dos tempos intelectuais argentinos: “já se necessita tanto valor moral para discutir o darwinismo como há trinta anos para defendê-lo publicamente” (Groussac, 1933). Assim, novos estudiosos vinham se juntar à análise da história e das ciências sociais dentro desse marco geral de ideias. Desse amplo movimento deter-nos-emos inicialmente em três figuras: Ernesto Quesada, Juan Augustín García e novamente José María Ramos Mejía.

García e Quesada apresentam algumas semelhanças formais e várias diferenças substanciais. Ambos eram egressos da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires em 1882, ambos também trabalhariam, entre outras atividades, como professores universitários, os dois teriam algumas influências comuns (Comte, Taine) e os dois alternariam entre a histó-

ria e a sociologia (matéria esta que ambos ensinariam na Universidade de Buenos Aires). No entanto, terminam as semelhanças quase por aí. García era substancialmente um autodidata que constituiu uma cultura histórica eclética e ampla muito mais por seus próprios meios do que pela influência de seus professores.

Em 1899, García, que era professor na Faculdade de Direito, publicaria nela uma versão ampliada de suas aulas com o título “Introducción a las ciencias sociales”. A obra tem uma enorme utilidade para reconstruir um mapa de suas leituras, que, até certo ponto e com prudência, podem representar as que tinham seus coetâneos egressados da Faculdade de Direito, lugar de onde surgiria umas das tradições do positivismo argentino. Já no próprio título da obra se sugere o enfoque de García: a integração do direito dentro de algo mais abarcador como as ciências sociais, implicando isso uma proximidade com as noções gerais do positivismo. No entanto, logo se descobre que se trata de um positivismo atenuado, já que, nos diz García: “não há leis absolutas em ciências sociais, não há um direito mas direitos, a economia política não pode fixar princípios aplicáveis a todos os povos; é eminentemente relativa e mais ainda *nacional*. As verdades das ciências sociais são assim relativas e de aplicação limitada” (García, 1955a, pp. 84 e 108). Quer dizer, um clima positivista combinado ecleticamente com um enfoque historicista individualizador (e aqui a matriz para García é também Savigny e a escola histórica do direito, não os desenvolvimentos oitocentistas). Mesmo assim, para García, como para a maioria dos historiadores positivistas, a psicologia social é a disciplina unificadora e, do mesmo modo que para Taine, o autor mais recorrentemente citado no texto, as bases dela se encontram na *Lógica* de Alexander Bain<sup>4</sup>. O percurso que inclui outros historiadores positivistas, como Fustel ou Buckle, se completa com uma exploração da economia política, apoiada em autores franceses (não sempre congruentes com seu enfoque histórico, como, por exemplo, Maurice Block), e pela sociologia. Neste último campo, García é novamente eclético e cita de Gabriel Tarde a Gustave Le Bon, passando por Simmel (Durkheim aparecerá em sua obra poucos anos mais tarde), e algumas figuras que deixarão uma marca não menor em sua construção intelectual, como Auguste Comte e Frédéric Le Play, são citadas de fontes de segunda mão. Em suma, uma síntese bastante francesa com algumas incrustações inglesas e italianas.

No ano seguinte, em 1900, García publica sua obra maior, “La ciudad indiana”, na qual aquele universo de leituras deve ser confrontado com a

4. Sobre a relação entre a obra de Bain e a de Taine, ver Pozzi (1993).

prática concreta que implica a realização de uma obra de história (cf. García, 1955b, pp. 285-475). O resultado, celebrado no contexto argentino e também em certos ambientes intelectuais hispano-americanos, pode ser considerado a primeira tentativa relativamente exitosa de oferecer uma história segundo os cânones europeus da historiografia positivista num momento em que a mesma já se encontrava em declínio no contexto europeu<sup>5</sup>. Ainda que o livro repousasse sobre uma pesquisa empírica limitada, ele suportava bem uma interpretação sobre a qual pairava mais o modelo do Taine de *Les origines* que a obra de Fustel, à qual devia, entretanto, o título, algumas analogias e a vontade de olhar diretamente os textos da época sem intermediários. Com Taine, García compartilhava a ideia de que um conjunto de sentimentos coletivos articulados numa época pretérita organizava o que chamaríamos de uma forma de mentalidade, que estaria destinada a permear todas as dimensões da sociedade ao longo do tempo, de forma equivalente à que o “espírito clássico” havia feito para o primeiro no caso francês. Os sentimentos e as crenças que apresentava García não eram desde já os mesmos que os de Taine, mas sim o mecanismo explicativo do processo histórico. Em ambos casos, e com as devidas diferenças, tratava-se de uma história social na qual se buscava, mesmo que de maneira muito menos determinista em García (“a verdade é um feliz acidente”), encontrar as chaves de leitura do passado em algo que eram ou pareciam ser leis que ditavam a longo prazo a evolução das sociedades para além da política e da vontade dos grandes homens.

Em Ernesto Quesada, o caminho foi diferente. Antes de tudo, deve-se observar que, à diferença de seus coetâneos, Quesada fez várias experiências acadêmicas de estudo na Europa (em especial na Alemanha), e isso parecia produzir dois fatos diferenciais: uma formação mais ampla e aparentemente mais sistemática e um contato com a cultura historiográfica alemã (avaliado também pelo conhecimento da língua) que nenhum de seus colegas dessa época teve à disposição. Nesse ponto, Quesada era (talvez junto com Groussac) a pessoa mais informada do movimento de ideias que tinha lugar simultaneamente na Europa em torno da história e das ciências sociais.

Também Quesada aspirou a se movimentar no amplo espaço das ciências sociais, em especial no binômio história-sociologia, e como García, segundo assinalamos, procurou e encontrou suas referências ao mesmo tempo entre os historiadores positivistas e os novos cientistas sociais. Contudo, sua trajetória intelectual foi bastante diferente, já que começou na década de 1890 praticando uma história erudita e tradicional sobre aspectos das

5. A história positivista parecia estar claramente em retirada em países como Alemanha (o caso de Lamprecht era emblemático), França (com a consolidação dos historiadores do método erudito, com Lavissee, Langlois e Seignobos na cabeça), Inglaterra (onde Buckle havia tido poucos sucessores e triunfava em toda linha a tradição empirista, tornada emblemática em Lord Acton e sua *The Cambridge modern history*).

guerras civis argentinas, centrada na dimensão política e avalizada por uma ampla consulta de arquivos, aos que havia chegado através de legados de sua família política. Em 1894 expôs o que chamou de “critério” doutrinário que devia preceder as pesquisas históricas e, para além das elogiosas referências a historiadores positivistas europeus (Buckle e Taine, mais uma vez), o que aparece aí é uma imagem bem mais tradicional da história, centrada nas duas operações clássicas que chama de análise e síntese. Esta última tentará levar a cabo em 1898 no livro *La época de Rosas*, que devia condensar todas as pesquisas monográficas precedentes (ainda que isso não seja de nenhum modo evidente). Nesse livro já aparecem algumas das operações clássicas do positivismo, como a proposição de explicar uma época não por seus personagens notáveis, e sim pelo meio social e político, ou a apelação recorrente às leis da evolução ou o uso em grande escala de uma perspectiva comparativa que, de todo modo, não era nem sempre pertinente, nem realizada de modo sistemático, mas através do emprego de discutíveis analogias gerais. No entanto, essas operações são bastante atenuadas, por exemplo, por afirmações que outorgam um caráter provisório e cumulativo ao conhecimento histórico ou pela interpretação geral que o livro propõe, que é menos eliminar do quadro os grandes personagens do que utilizar o contexto para oferecer uma leitura favorável ou ao menos compreensiva da figura principal. Desse modo, o arsenal metodológico é empregado muito mais para reler interpretativamente a figura de Rosas do que para oferecer um olhar do passado argentino a partir de outro lugar. Nesse sentido, o uso de Taine, de longe o autor europeu mais citado, está apenas em parte vinculado a uma nova metodologia; trata-se muito mais de encontrar em sua célebre obra sobre a revolução francesa um arsenal de argumentos contra o abstracionismo doutrinário dos opositores de Rosas. Do mesmo modo, o uso paralelo de Leopold von Ranke, que uma perspectiva mais atenta às concepções respectivas da história teria achado contraditória, é empregado aqui para extrair argumentos acerca da imparcialidade devida a todo historiador (cf. Quesada, 1950).

Nos anos seguintes, sua reflexão intelectual sofre algumas mudanças e algumas reafirmações. Isso pode ser percebido em seus prolixos e eruditos cursos de sociologia, que mostram um amplo conhecimento das publicações europeias. Como assinalou Carlos Altamirano, Quesada desloca-se agora para uma concepção na qual a história se torna algo parecido (o que também é sustentado no contexto europeu pelos ascendentes sociólogos) a uma disciplina auxiliar da sociologia (ou, se se preferir, uma ciência particular), e

esta, à maneira comtiana, numa “ciência das ciências”. No entanto, para além das distintas matrizes que convergem no pensamento de Quesada, do comtismo a certo spencerismo, passando por Taine e outros no que tange ao papel não apenas agora do meio mas também da raça (neste ponto, longe de Buckle) nos processos sociais ou inclusive na defesa do método comparativo, sua imagem da sociologia e também da história segue encontrando limites derivados de uma forte distinção, que subsiste em sua reflexão, entre as ciências sociais e as ciências da natureza (cf. Altamirano, 2004, pp. 42-44). Desse modo, e nisso se aproxima do primeiro momento dos historiadores positivistas europeus (meados do século XIX), não somente a história seria uma ciência na infância como também o seriam a sociologia e o conjunto das ciências sociais. Essa condição se agravava pela necessidade de se considerar nestas últimas a vontade humana, o que limitava a formulação de leis gerais.

Em 1910, Quesada publicou um livro enorme sobre *La enseñanza de la historia en las universidades alemanas*. O trabalho, um novo alarde de minuciosa erudição, passava em detida revista a história universitária e seus historiadores na Alemanha. Um longuíssimo espaço era dedicado ao debate em torno à obra de Lamprecht, o que mostrava que Quesada havia tomado boa nota das distintas posições na polêmica (também se destacava em outra parte o labor de Schmoller, mas não a polêmica com Menger). No entanto, Quesada não falava em sua apresentação da derrota, então tão evidente, de Lamprecht na historiografia alemã. Fazia-o ou porque sua leitura não era suficientemente perceptiva ou porque queria manter-se tenazmente na linha conceitual do historiador de Leipzig, que era, nesse momento, ainda a sua. Em todo caso, um dos traços mais salientes da relação de Quesada com a história e as ciências sociais é a sua dificuldade em lograr uma articulação na prática entre ambas e oferecer, ainda num marco de grande ecletismo, uma obra histórica concreta na qual operassem aquelas diversas inclinações, tal como aconteceria, com os limites indicados, em García ou depois em Ramos Mejía.

Este último, após sucessivas tentativas, se não falhas ao menos amplamente criticadas pelos seus interlocutores argentinos, conseguiu oferecer em 1907 outra obra que se aproxima como concepção e realização aos modelos historiográficos positivistas europeus. Trata-se de *Rosas y su tiempo*. Nele, Ramos Mejía conjuga agora uma ampla pesquisa original com um quadro conceitual heterogêneo no qual se podem rastrear suas sucessivas influências intelectuais. A primeira diferença com suas obras anteriores (*Las*

*neurosis...*, *La locura en la historia* ou *Las multitudes argentinas*) é que a dimensão empírica domina agora o quadro, acima das referências “teóricas”. A segunda é que, para além da permanência de todas as estações precedentes, de Moreau de Tours a Lombroso, e destes a Le Bon e Tarde, agora Ramos Mejía parece buscar guias mais seguros para o que deseja fazer nesse momento, que é escrever um livro de história e não algo que poderíamos chamar de psiquiatria histórica ou sociologia retrospectiva. Encontra-os onde os haviam encontrado tantos outros na Argentina de então: no “mestre” Taine<sup>6</sup>.

6. Acerca da onipresença de Taine na cultura argentina de então, permito-me remeter a Devoto (1990, pp. 85-107).

7. Ver Ramos Mejía (s/d, pp. 6-9) e em geral a “Introducción” e o capítulo I. Os historiadores positivistas europeus, por sua parte, haviam proposto diferentes analogias que mostravam não poucas ambiguidades em suas propostas “científicas”. Em Taine, por exemplo, abarcaram desde a comparação da história com a geometria ou a biologia, passando pela fisiologia (Guizot havia sido pioneiro nessa analogia em 1828). Em Fustel, por sua vez, o trânsito foi da referência às ciências experimentais (a química em especial) às ciências da observação (a geologia), ante a admissão da impossibilidade de aplicar à história o método experimental e inclusive o método indutivo; cabendo, sim, o método do que chamava de ciências da observação (a história como “ciência passiva”). Posição em muitos pontos próxima à de Renan, que também pensava, ainda que de modo mais eclético, que a história era uma ciência ao mesmo tempo como a geologia e como a química.

8. Ver em especial os capítulos VII e VIII, t. II, pp. 57-195.

O livro de Ramos Mejía propõe-se a estudar uma época do passado argentino que ele já havia explorado em obras anteriores, com a impassibilidade de um entomólogo que estuda um inseto ou de um microbiólogo que analisa uma partícula na busca de uma verdade objetiva que se obtém (e aqui cita Renan) como um “precipitado químico”. Como se vê, Ramos Mejía apela para metáforas semelhantes às dos historiadores positivistas, ainda que no seu caso a superposição simultânea das analogias torne ambígua a definição de se a história é uma “ciência de observação” ou de “experimentação”<sup>7</sup>. Além disso, o livro pretende apresentar uma história social “total”, estruturada em torno de dois eixos que caminham paralelos: a psicologia social (ou melhor, uma psicossociologia) e a psicologia individual. De todo modo, talvez porque insatisfeito com os resultados de suas obras anteriores, Ramos Mejía não explora agora somente as dimensões que podemos chamar de “inconscientes”, mas também aqueles incentivos racionais na ação social. Desse modo, por exemplo, as relações entre Rosas e a plebe de Buenos Aires são indagadas ao mesmo tempo a partir das características físicas e psicológicas do ditador e de outros atores intermediários e a partir dos incentivos não apenas simbólicos, mas também materiais e racionais<sup>8</sup>. Resulta disso um quadro irregular que, no entanto, alcança em alguns capítulos uma grande sugestão analítica e interpretativa que repousa sobre uma valorização de novas fontes (dos arquivos de polícia aos livros de contabilidade, passando pela iconografia do regime). É evidente que essa operação aproveita o modelo daquela realizada por Taine em *Les origines*. Nesse ponto, parece sustentável que, entre os positivistas argentinos, foi Ramos Mejía quem mais integralmente aproveitou as receitas historiográficas e as propostas de método do historiador francês (uma cuidadosa atenção foi dedicada também a *História da literatura inglesa*). Assim, Ramos Mejía ia mais além de um uso formal ou, simplesmente, da clave política conservadora do historiador (ainda que novamente o motivo do doutrina-

rismo abstrato, *leit motif* no qual Taine dava continuidade a Burke, volte a aparecer). Que isso fosse realizado em 1907, momento já de baixa do historiador francês em seu contexto de origem, volta a ser um dado relevante, da mesma forma que, para reforçar a posição daquele, Ramos Mejía apele ecleticamente à autoridade de um Monod para avalizá-lo<sup>9</sup>.

9. Ver t. I, pp. 32-33.

Certamente, a construção de Ramos Mejía não pode ser resumida ao aporte de Taine, já que em todos os sentidos ele continua sendo um eclético de primeira ordem (já em *Las multitudes argentinas* havia tentado combinar Le Bon com Tarde, por exemplo). Para sua construção podia apelar também a autoridades tão diversas como Ribot, o marechal Von der Goltz, Fustel de Coulanges ou Sully Prudhomme. Em todo caso, o certo é que no novo livro dominam as notas de rodapé de fontes originais e não de obras “científicas”, e que a versão resultante é uma interpretação da história complexa e heterogênea na qual não reinam sem obstáculos as concepções deterministas ou as leis sociais, senão que estas aparecem em tensão com a ação de sujeitos sociais ou indivíduos.

Se a obra de Ramos Mejía aparece num momento em que o pêndulo das relações entre a história e as ciências sociais parece mudar também na Argentina, o positivismo historiográfico ainda terá um trecho a percorrer nesse país. Mais além do ensaísmo biológico-sociológico com temática histórica de José Ingenieros, será na obra de Juan Álvarez em que talvez se encontrem os frutos mais maduros de uma estação historiográfica.

Álvarez, advogado, juiz e professor universitário, formado duas décadas mais tarde que os autores até agora referidos, conseguirá apresentar em dois livros escritos em 1909 e 1914 uma visão persuasiva, primeiro num estudo regional a longo prazo (seu *Ensayo sobre la historia de Santa Fe*) e depois numa interpretação geral do século XIX argentino, na qual os conflitos sociais são lidos agora a partir da economia (*Las guerras civiles argentinas*). No primeiro dos dois livros, Álvarez não faz quase nenhuma referência aos estudiosos positivistas e ao vocabulário procedente das ciências da natureza. No entanto, dele permanece o essencial: a luta dos homens pela subsistência é que explica o processo histórico argentino visto a partir de um quadro regional. Inclusive os grandes episódios políticos, como a Revolução de Maio, ou o papel dos grandes homens foram drasticamente desvalorizados (“uma História desprovida de gênios e de heróis”). A primeira teria ocorrido antes ou depois, independentemente da política ou da guerra, e os segundos apenas “fizeram o que puderam”, prisioneiros que estavam de férreas lógicas nas quais predominava o interesse e a necessidade (“mais que

o ideal, é a necessidade que traça rumos à espécie humana”) acima de qualquer outra consideração (cf. Álvarez, 1910, pp. 29 e 47).

Nessa luta para apenas sobreviver que dominava dois séculos e meio da história da região, a geografia e a demografia (o espaço, as vias de circulação, a população) explicam para Álvarez muitas coisas, tanto quanto a economia (os capitais e o trem) o fará para o meio século posterior de notável expansão. Desse modo, sua obra, que repousa sobre uma surpreendente riqueza de informação (que inclui uma significativa consulta de fontes primárias), consegue uma persuasiva reconstrução histórica que repousa em matrizes que provêm de muitas partes, entre outras de Alberdi. Nesse sentido, o livro de Álvarez pode ser visto como uma combinação também ela inevitavelmente eclética (haja vista, mais uma vez, o caráter autodidata de sua formação), mas feliz, cujo marco é menos tal ou qual referência “teórica” e mais um clima cultural: esse que lavrou o positivismo em suas múltiplas vertentes na Argentina à época do Centenário.

Na segunda de suas obras, *Las guerras civiles argentinas*, Álvarez propõe uma empresa conceitualmente mais ambiciosa. Já no prólogo, mesmo que rodeado de distintas precauções retóricas, aprofunda a ideia presente em sua obra anterior de que os conflitos emergentes dos interesses materiais explicam as lutas sociais e que estas últimas são centrais no estudo do processo histórico. São centrais porque, ao desentranhá-las, permitem-lhe fazer previsões sobre o problema central da Argentina a ele contemporânea. Nesse ponto, contudo, armado de seu tradicional bom senso, Álvarez não afirma determinações inflexíveis ou leis sociais, preferindo apresentar um exemplo climatológico (o que sugeria uma certa imagem cíclica da atividade econômica a partir do símile do ciclo da natureza). Tal qual havia feito Gustave Monod, sugere que o conhecimento do passado tem margens de imprecisão e isso faz com que suas previsões sejam equiparáveis em certeza à meteorologia (cf. Álvarez, 1936, pp. 7-10)<sup>10</sup>.

Na busca para conferir inteligibilidade ao processo histórico sem apelar à vontade dos atores, Álvarez propõe a operação que havia sugerido Buckle e que depois seria seguida pelos sociólogos durkheimianos: trabalhar com fatos recorrentes que possam ser colocados em uma série e depois comparar essas séries. Inevitavelmente isso o leva (como em François Simiand, por exemplo) a trabalhar com séries econômicas. Não tendo material nem instrumental para reconstruir preços e salários, reconstrói arrecadações estatais e as relaciona com conflitos sociais ou políticos (a partir da hipótese de que a capacidade de fazer política está vinculada à disponibilidade de recursos,

10. A mesma referência em Monod (que pode ter sido uma curiosa fonte de inspiração), citada por Hartog (1988, p. 138).

neste caso, militares), ou relaciona o tipo de câmbio-ouro da moeda argentina com conflitos políticos (a partir da hipótese que será sua e dos socialistas argentinos de que as moedas desvalorizadas pioram a renda real dos trabalhadores). A operação engenhosa, e muito nova no âmbito argentino, repousa sobre alguns modelos nem sempre fáceis de precisar. De saída, uma influência certa é o economista inglês Thorold Rogers, cuja obra *El sentido económico de la historia* é central para Álvarez, tanto nos temas como nos enfoques<sup>11</sup>. Mais ainda o é se também considerarmos a monumental, ainda que descritiva, história da agricultura e dos preços em geral na Inglaterra do século XIII ao XVIII, do mesmo Rogers. Por outra parte, no plano da história serial é muito provável que Álvarez conhecesse o livro não menos ambicioso de Georges D’Avenel, que abarcava preços de todo tipo (desde os agrários até os da propriedade) e salários na França de 1200 a 1800<sup>12</sup>. Especialmente neste último abundavam, tal como em Álvarez, as correlações entre a marcha da economia, assim medida, e a política. Mais incerta, mas não tão improvável, é, em contrapartida, a relação de Álvarez com pensadores oitocentistas precursores da análise do ciclo econômico, como Juglar ou Jevons. Certamente tinha referências, de primeira ou segunda mão, da obra deste último sobre o ciclo econômico (na qual era estabelecida uma relação entre este ciclo e o da natureza, segundo as variações das manchas solares), mas nada indica que tivesse noções claras sobre a teoria econômica marginalista da qual Jevons era um dos fundadores. Num artigo posterior, de fins da década de 1920<sup>13</sup>, demonstrou estar muito a par do ciclo decenal dos negócios, em especial dos trabalhos do chamado barômetro de Harvard, e da obra do economista russo Kondratieff, teórico do ciclo longo. Mas essa não parece ter sido a situação na década anterior. E não o parece ser não só pelo que emerge de suas próprias obras, mas também porque (e o ponto não é menor) a economia neoclássica apenas faria um desembarque visível e sistemático no âmbito rio-platense quando de sua difusão pelo estatístico italiano Ugo Broggi nas universidades argentinas em fins dos anos de 1910 (cf. Fernández López, 2002, pp. 67-97; 2003, pp. 303-328). Assim, o problema da relação entre a história e as ciências sociais não concernia somente às vocações dos historiadores, mas igualmente ao desenvolvimento que tivessem alcançado no país as outras disciplinas com as quais se queria estabelecer uma interlocução.

Em todo caso, *Las guerras civiles* de Álvarez repousava também em suas experiências pessoais. Seu enfoque serial quantitativo para indagar flutuações econômicas e, a partir das mesmas, explicar os fenômenos políticos (o

11. Ver Thorold Rogers (1905). Agradeço ao professor Manuel Fernández López, que me forneceu um exemplar da obra.

12. Ver Thorold Rogers (1886-1902) e D’Avenel (1894-1898), acerca de cujos problemas metodológicos, talvez excessivamente, chamaram a atenção Lucien Febvre e Ernest Labrousse.

13. “Series de precios y su utilización”, incluído em Álvarez (1929, pp. 190-191).

que apresenta analogias com o que levará adiante Simiand e depois seu discípulo Labrousse na França) requeria um minucioso trabalho empírico para construir as séries e o uso, ainda que não fosse extremamente sofisticado, da estatística e dos elementos conceituais da economia e da demografia. A respeito da estatística, deve ser assinalado o papel de Álvarez como autor do Terceiro Censo de Rosário. Atencioso, havia sido levado a operar com dados agregados e formas classificatórias, estudando, para isso, numerosos materiais estatísticos (e reflexões sobre os mesmos) elaborados em outros contextos, seja para propor comparações, seja para formular sua enquete. Nesse sentido, conceitualmente a operação que praticava Álvarez estava mais próxima de Buckle ou de Simiand, e até certo ponto da escola histórica nova da Alemanha (com sua ênfase na análise histórica e seu desdém pela teoria econômica), que das novas correntes que se impunham na teoria econômica nesses anos. Preferência que, seja dito rapidamente, era também a de um François Simiand.

Como observamos anteriormente, no momento do Centenário, no qual se iam concretizando os melhores produtos historiográficos da tradição positivista e de uma interação com as ciências sociais, os mesmos princípios em que ditas operações se sustentavam começaram a ser postos em suspeição. Curiosamente, a polêmica que levará adiante uma parte de um novo grupo de historiadores (Rómulo Carbia, Diego Luis Molinari, Roberto Levillier) – que será conhecido como Nova Escola Histórica pela denominação a eles dada por Juan Augustín García, todos eles advogados e de formação livresca, já que dificilmente teriam podido adquirir as habilidades no exercício da profissão de historiador – não se orientou contra os historiadores positivistas que exploramos até aqui, mas contra Paul Groussac.

Groussac era um intelectual francês autodidata que chegara muito jovem na Argentina e que se convertera rapidamente no referente principal do mundo intelectual no trânsito entre os séculos XIX e XX (entre outros lugares, a partir da direção da Biblioteca Nacional). Em 1908 Paul Groussac publicou um de seus maiores livros, *Santiago de Liniers, conde de Buenos Aires*. De certo modo, tratava-se da homenagem de um francês a outro francês de destacada atuação no Rio da Prata a princípios do século XIX. No prefácio defendia a ideia de que a história era, ao mesmo tempo, arte e filosofia, a qual tinha uma tradição bastante ampla, presente ainda entre alguns positivistas como Taine ou mesmo até, sob uma formulação ligeiramente diferente, em Paul Lacombe<sup>14</sup>. De novo, a aparição aqui de Taine não deve já a esta altura nos surpreender: é nele que Groussac encontra,

14. Ver seu Prefácio em Lacombe ([1894] 1948).

então, seu modelo de historiador; é em sua obra que se realiza essa combinação inseparável entre as três dimensões (“aspectos de uma mesma substância”) da disciplina histórica. Como afirma Groussac (1942), “em *Les Origines* de Taine não há uma só consideração feita à maneira de Montesquieu: ali, a ciência substitui a erudição, como a arte a literatura, e a psicologia precisa toma o lugar da vã filosofia”. Contudo, essa aproximação ao pensador francês recortava a dimensão menos determinista e naturalista de sua obra. Não à toa, uns anos antes, entre 1895 e 1896, Groussac tinha se pronunciado, de um lado, contra o emprego das psicopatologias como instrumento conceitual aplicado à análise do passado (ao criticar a obra de Ramos Mejía) e, de outro, contra as ciências sociais em geral, acusadas de elaborar teorias que não se atinham a uma observação metódica dos fatos. Pecado em que, segundo Groussac, caía sobretudo a economia, com suas aspirações de fixar leis universais (e é claro que aqui se referia indistintamente à economia clássica e neoclássica) (cf. Groussac, 1896)<sup>15</sup>. Em todo caso, no *Liniers*, para além das afirmações contidas no prólogo, Groussac faz muito pouco uso do vocabulário fornecido pelo positivismo, e nos casos em que aparecem termos como “fatalidade geográfica”, “organismo” ou “leis biológicas”, ou “raça” (no mesmo sentido que já o havia feito Mitre), o emprego é substancialmente metafórico e aplicado a uma biografia com alguns tons hagiográficos. Desse modo, para Groussac, os historiadores positivistas (franceses) aos quais sempre admirou (Taine, Fustel, Renan) eram e seriam seus modelos de boa história e, além disso, talvez sobretudo, de boa escritura, mas não exemplos a imitar de maneira consequente em sua prática historiográfica.

O *Liniers* de Groussac, e sua obra em geral como historiador e também como documentarista, encontrou já em 1908 a objeção de quem seria depois o especialista em história da historiografia da Nova Escola Histórica: Rómulo Carbia. Este lhe imputava distintos defeitos: um mau uso da erudição a contrapelo dos novos preceitos metodológicos, a emissão de opiniões e juízos sem base documental suficiente, o hipercriticismo aos historiadores precedentes e a excessiva simpatia ao seu biografado. Dessas dimensões nos interessa uma: o problema do método histórico. O que desembarcava aqui era a tendência dominante na historiografia europeia, centrada nas dimensões chamadas pomposamente de “heurística” e “hermenêutica” da operação erudita (sobretudo a primeira). Não há ainda, no entanto, unanimidade. Um dos mais destacados representantes dessa chamada Nova Escola Histórica, Ricardo Levene (que não participará ativamente na polêmica an-

15. Sobre o tema, ver as observações de Julio Stortini (1987, pp. 20-22).

terior ou posterior), não apenas tinha feito o doutorado na Faculdade de Direito com uma tese sobre as leis sociológicas, como também estrearia como historiador em 1911 com um livro sobre *Los orígenes de la democracia argentina*, que, ainda que fosse escrito com o propósito de aspirar a um cargo de professor suplente de sociologia, não por isso deixava de ser significativo das ambiguidades ainda subsistentes na Argentina a respeito do modelo científico que os historiadores deviam utilizar. Levene (1911) não teme falar de “leis sociais” ou “forças naturais”, ou invocar em seus argumentos, num contexto de citações de todo modo ecléticas, a autores tão díspares como o inevitável Taine ou Lester Ward, ou nosso José Ingenieros.

Entretanto, a ladeira se inclinava decididamente rumo a uma cisão da história em relação às ciências sociais, tal como mostraria a continuação da polêmica contra Groussac nos anos subsequentes, entre 1914 e 1916 (em especial nas páginas da revista *Nosotros*, emblema de uma nova geração cultural), por obra do mesmo Carbia, de Roberto Levillier e de Diego Luis Molinari<sup>16</sup>. Entre as imputações, uma questão sempre recorrente era o desconhecimento do “método” por parte de Groussac, seja em suas recompilações documentais, seja em seu trabalho como historiador.

A aparição na Argentina da historiografia metódica, que havia aberto na Europa um abismo intransponível entre a história, as ciências sociais e naturais e, em geral, o positivismo, era provavelmente esperável e inevitável. O interessante é o problema das vias de recepção dessas questões. Os historiadores da Nova Escola Histórica assinalavam recorrentemente o *Lehrbuch* de Ernst Bernheim, uma figura não sem matizes, como havia mostrado sua adoção de uma posição mediadora na polêmica entre Lamprecht e seus contraditores. No entanto, o insuficiente ou inexistente conhecimento do alemão por parte deles (com a exceção de Molinari) fazia com que devessem se basear nas traduções italianas disponíveis (em especial na que havia feito Amadeo Crivellucci sobre as dimensões mais eruditas, “eurística o doctrina delle fonti” e “critica delle fonti”), e muito mais abundantemente na *Introducción a los estudios históricos* de Langlois e Seignobos<sup>17</sup>. Mesmo assim, um ponto de força e uma influência marcante entre os novos historiadores tinha sido a importante visita de Rafael Altamira a Buenos Aires em 1909. As conferências do professor da Universidade de Oviedo, rodeadas de aclamações feitas por auditórios muito numerosos e realçadas por uma imprensa que lhe deu grande relevo, deviam significar um forte respaldo para os novos estudiosos que lutavam para conseguir um lugar no campo historiográfico e nas instituições acadêmicas. É certo, como foi sustentado,

16. Acerca da polêmica, ver Stortini (1999, pp. 75-98), Pagano e Rodríguez (1999, pp. 35-48) e Eujanián (1995, pp. 37-55).

17. Ver Crivellucci (1897). Julio Stortini indicou também outra tradução de Bernheim ao italiano, de Paolo Barbati (*La storiografia e la filosofia della storia*), que não pude consultar. Ver Stortini (1999, p. 75).

que a obra de Altamira era uma síntese, com aportes pessoais que implicavam ao mesmo tempo uma combinação de distintas perspectivas metodológicas europeias e algumas divergências, em especial com o modelo francês do método erudito. No entanto, para nossos propósitos, é suficiente indicar que todos esses aportes podiam ser colocados sob uma rubrica comum<sup>18</sup>.

Paul Groussac respondeu com um forte discurso, não desprovido da ironia que lhe era tão idiossincrática, no prefácio ao seu novo livro, *Mendoza y Garay*, em 1916. Não poupou aí argumentos para desacreditar os jovens contraditores, acusados de “fraseologia pedante” baseada em “pedaços desalinhavados de manuais europeus que, segundo entendo, vulgarizaria em certo meio estudantil o professor Altamira, convencido apóstolo do evangelho metodológico”. Evangelho que repousava em “fórmulas ou receitas” para escrever história que tinham “muito de supérfluas e não pouco de ridículas” (Groussac, 1916, pp. IX-XII). Classificação, análise externa ou interna de fontes, crítica de procedência, de erudição, de interpretação, de veracidade e “muita hermenêutica depois de tanta heurística”, acrescentava Groussac, eram rótulos novos para coisas velhas que praticavam desde sempre os historiadores e, antes ou junto com eles, os médicos, os sábios em seus experimentos e observações, os juízes em seus processos, quer dizer, todos os investigadores empenhados em “descobrir a verdade oculta”. Em todo caso, os maiores historiadores, que eram para ele sempre Renan, Taine, Fustel, acompanhados agora por Mommsen e Macaulay (combinação bastante eclética), faziam-no de maneira insuperável (ainda que nenhum deles chegasse à perfeição, impossível no conhecimento do passado), sem necessidade de manuais. De todo modo, um deslocamento se produziu nas preferências de Groussac, e isso não deixa de ser significativo. O maior historiador de todos é agora Fustel, e não Taine. O sentido desse deslocamento, ainda que Groussac não o explicita, pode ser encontrado tanto no modelo de Fustel, que era muito mais flexível e afastado do duro positivismo articulado com as ciências da experimentação, então em crise, como nos instrumentos de Groussac, que na operação documental, tal qual praticada por ele, eram bastante próximos aos do historiador de *A cidade antiga*, apresentados no debate com Monod de meados da década de 1870. Isso significa outorgar total prioridade à dimensão interpretativa da fonte por sobre aquela heurística.

Em todo caso, a crítica de Groussac continha outras argúcias. Em primeiro lugar, decidia que os jovens historiadores se baseavam em Langlois e Seignobos (e em Altamira), e não em Bernheim; em segundo, que Langlois e Seignobos eram simplesmente uma versão aligeirada e clarificada de Ber-

18. Sobre o tema, ver a tese de Gustavo Prado (2005), que analisa os materiais subsistentes das conferências de Altamira.

nheim. O primeiro argumento era bastante sustentável; já o segundo era, em contrapartida, muito discutível, o que faz suspeitar que Groussac na verdade não conhecia o *Lehrbuch*. Essa operação lhe permitia concentrar a crítica sobre os dois autores franceses e sobre o espanhol com um argumento não desprovido de eficácia: o caráter limitado das obras concretas que os três haviam realizado como historiadores mostrava às claras a inutilidade de toda a perspectiva metodológica. A isso acrescentava, polemicamente, outros questionamentos que extraía dos debates europeus. Antes de tudo, detinha-se na polêmica Seignobos-Durkheim e usava argumentos deste último para tratar de reforçar sua ideia da futilidade do que chamava de profissão de “ateísmo histórico” de Seignobos (cf. Seignobos *et al.*, 1908, pp. 217-247). Que se tratava de um expediente apenas polêmico, indicam outras duas referências no texto. A primeira é que junto às críticas de Durkheim (e às de Lacombe e Célestin Bouglé) utilizava também as críticas de tipo ideológico que Pierre Lasserre, de um lado, e “Agathon” (quer dizer, o duo Henri Massis-Alfred de Tarde), pessoas do grupo da maurrasiana “Action Française”, de outro, levantavam contra a “Nouvelle Sorbonne”. A segunda, de maior interesse para nós, é que o uso de Durkheim não implicava nenhuma aceitação das novas propostas das ciências sociais. Pelo contrário, a história não só não era suscetível de construir leis deterministas de generalização e causalidade, “como fazem temerariamente a ‘filosofia da história’ e a nascente ‘sociologia’, como nem sequer (afirmava agora) podia ser considerada uma ciência” (*Idem*, p. XVI). A história devia limitar-se a aproximações em parte conjecturais e em todo caso subjetivas. Desse modo, Groussac chegava a um beco sem saída que sugere que a sua ideia da história (se vista a partir do problema da relação com o positivismo e com as ciências sociais) não estava tão longe, na verdade, da de Langlois e Seignobos, e que a querela era mais de formas que de substância. Sua apelação final de que seria mais proveitoso retornar a Claude Bernard que aos manuais de método (afirmação, desde logo, bastante contraditória) parecia levar Groussac de novo a meados do século XIX, o mesmo acontecendo com a sua ideia acerca de quais eram os historiadores arquetípicos. Não se tratava de se ali havia ou não, potencialmente, um sólido ponto de apoio para enfrentar com êxito os debates contemporâneos (bem se pode recordar que Lucien Febvre e Fernand Braudel encontraram muitas inspirações em Michelet, assim como Marc Bloch em Fustel), e sim de que Groussac não era capaz de fazê-lo, imerso em contradições como estava, e de que, em todo caso, os ventos gerais da historiografia e do clima cultural não admitiam por

então essas revalorizações, entendidas como pontos de apoio para novas propostas historiográficas.

A publicação do livro de Groussac coincidiu com dois fatos, um geral e outro local. O geral era a grande guerra europeia, o específico era a celebrada visita de Ortega y Gasset à Argentina em 1916. Ambos fatos significavam, em dois planos muito diferentes, a sanção do colapso do positivismo em nível internacional, o primeiro, e em nível nacional, o segundo. Com esse colapso se fortaleciam definitivamente as novas tendências historiográficas que postulavam uma *splendid isolation* da história em relação com as outras ciências, sociais ou não. Os historiadores da Nova Escola Histórica controlariam a partir dali (ajudados pela substituição professoral possibilitada pela Reforma Universitária de 1918), ferreamente, a historiografia profissional e acadêmica por várias décadas, e inclusive ampliariam sua influência (à maneira da proposta de Seignobos<sup>19</sup>) sobre outras ciências sociais. Para citar um exemplo, já não seria a sociologia que reorganizaria a história, mas seriam os historiadores os que ocupariam boa parte do território da nascente sociologia acadêmica argentina.

19. A proposta de Seignobos que havia dado lugar a toda a saga polêmica com os sociólogos havia sido formulada em Seignobos (1901).

## Referências Bibliográficas

- ALBERDI, J. B. (1974), “Belgrano y sus historiadores”. In: \_\_\_\_\_, *Grandes y pequeños hombres del Plata*. Buenos Aires, Plus Ultra, pp. 31-70.
- ALTAMIRANO, C. (2004), “Entre el naturalismo y la sociología: el comienzo de la ‘ciencia social en la Argentina’”. In: NEIBURG, F. & PLOTKIN, M. (eds.), *Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires, Paidós.
- ÁLVAREZ, J. (1910), *Ensayo sobre la historia de Santa Fe*. Buenos Aires, Tip. E. Malena.
- \_\_\_\_\_. (1929), *Temas de historia económica argentina*. Buenos Aires, El Ateneo.
- \_\_\_\_\_. (1936), *Las guerras civiles argentinas*. Buenos Aires, La Facultad.
- ARCANGELI, B. & PLATANIA, M. (1981), *Metodo storico e scienze sociali. La Revue de Synthèse Historique (1900-1930)*. Roma, Bulzoni.
- BUCKLE, H. (1865), *History of civilization in England*. Nova York, Appleton and Company, v. 1.
- CHICKERING, R. (1993), *Karl Lamprecht: a German academic life*. Nova Jersey, Humanities Press.
- CRIVELLUCCI, A. (1897), *Manuale di metodo storico*. Pisa, Enrico Spoerri.
- D’AVENEL, G. (1894-1898), *Histoire économique de la propriété, des salaires, des denrées et de tous les prix en general depuis l’an 1200 jusqu’en l’an 1800*. Paris, Impr. Nationale, 4 vols.
- DEVOTO, F. (1990), “Taine y les origines de la France contemporaine en dos historio-

- grafias finiseculares”. *Anuario de la Escuela de Historia*. Universidad Nacional de Rosario, segunda época, n. 14.
- EUJANIÁN, A. (1995), “Paul Groussac y la crítica historiográfica en el proceso de profesionalización de la disciplina histórica en la Argentina a través de dos debates finiseculares”. *Estudios Sociales*, 9, pp. 37-55.
- FERNÁNDEZ LÓPEZ, M. (2002), “Hugo Broggi y la Escuela de Lausana”. *Anales de la Academia Nacional de Ciencias Económicas*, 47, pp. 67-97.
- \_\_\_\_\_. (2003), “Ugo Broggi: a precursor in mathematical economics”. *European Journal History of Economic Thought*, 2, pp. 303-328.
- GARCÍA, J. A. (1955a), “Introducción a las ciencias sociales”. In: \_\_\_\_\_, *Obras completas*. Buenos Aires, Zamora, t. 1, pp. 84-108.
- \_\_\_\_\_. (1955b), “La ciudad india”. In: \_\_\_\_\_, *Obras completas*, I, pp. 285-475.
- GROUSSAC, P. (1896), “La paradoja de las ciencias sociales”. *La Biblioteca*, 1, n. 5.
- \_\_\_\_\_. (1916), *Mendoza y Garay: Las dos fundaciones de Buenos Aires*. Buenos Aires, Menendez Editor.
- \_\_\_\_\_. (1933), “Prólogo”. In: RAMOS MEJÍA, J. M., *La locura en la historia*. Buenos Aires, Rosso.
- \_\_\_\_\_. (1942), *Santiago de Liniers, conde de Buenos Aires*. Buenos Aires, Editorial Americana, XVIII.
- HARTOG, F. (1988), *Le XIX<sup>e</sup> siècle et l'histoire*. Paris, PUF.
- HUMBOLDT, W. (1980), *Il compito dello storico*. Nápoles, Edizioni Scientifiche Italiane.
- LACOMBE, P. (1948), *La historia considerada como ciencia*. 1ª edição francesa 1894. Buenos Aires, Espasa Calpe.
- LEVENE, R. (1911), *Los orígenes de la democracia argentina*. Buenos Aires, Lajouane.
- LÓPEZ, V. F. (1921), *Debate histórico*. Buenos Aires, Librería La Facultad.
- \_\_\_\_\_. (1932), “Introducción”. In: RAMOS MEJÍA, J. M., *Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina*. 1ª edição 1878. Buenos Aires, Rosso.
- MITRE, B. (1916), *Comprobaciones históricas*. Primera parte. Buenos Aires, La Facultad.
- \_\_\_\_\_. (1921), *Comprobaciones históricas*. Segunda parte. Buenos Aires, La Facultad.
- \_\_\_\_\_. (1967), *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires, Eudeba, t. 1.
- MOMIGLIANO, A. (1950), “Ancient History and the Antiquarian”. *The Journal of the Warburg and the Courtauld Institutes*, 19, pp. 285-315.
- PAGANO, N. & RODRÍGUEZ, M. (1999), “Las polémicas historiográficas en el marco de la profesionalización y consolidación de la disciplina histórica”. *Estudios Sociales*, 17, pp. 35-48.
- PERTICI, R. (1999), *Storici italiani del novecento*. Pisa/Roma, Istituti Editoriali Poligrafici Internazionali.

- POZZI, R. (1993), *Hyppolite Taine. Scienza umane e politica nell'Ottocento*. Padova, Marsilio.
- PRADO, G. (2005), *Rafael Altamira, el hispanoamericanismo liberal y la evolución de la historiografía argentina en el primer cuarto del siglo XX*. Tesis de Doctorado, Universidad de Oviedo.
- QUESADA, E. (1910), *La enseñanza de la historia en las universidades alemanas*. La Plata, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales.
- \_\_\_\_\_. (1950), *La época de Rosas*. Buenos Aires, Ediciones del Restaurador.
- RAMOS Mejía, F. (1915), *El federalismo argentino*. Buenos Aires, Rosso.
- RAMOS Mejía, J. M. (s/d), *Rosas y su tiempo*. Buenos Aires, Jackson, 2 vols.
- REINERT, Erik. (2003), "Austrian economics and 'the other canon': the Austrians between the activitistic-idealistic and the passivistic-materialistic traditions of economics". In: BACKHAUS, Jürgen (ed.), *Evolutionary economic thought*. Northampton, Edward Elgar Publishing, pp. 160-192.
- SEIGNOBOS, C. (1901), "La méthode historique appliquée aux sciences sociales". Paris, F. Alcan.
- SEIGNOBOS, C., DURKHEIM, E. et al. (1908), "L'inconnu et l'inconscient en histoire". *Bulletin de la Société française de philosophie*, n. 8, pp. 217-247.
- STORTINI, Julio. (1987), "Teoría, método y práctica historiográfica en Paul Groussac". In: VÁRIOS, *Estudios de historiografía argentina*. Buenos Aires, Biblos, pp. 20-22.
- \_\_\_\_\_. (1999), "La recepción del método histórico en los inicios de la profesionalización de la historia en la Argentina". In: VÁRIOS, *Estudios de historiografía argentina (II)*. Buenos Aires, Biblos, pp. 75-98.
- TAINÉ, H. (1863), *Histoire de la littérature anglaise*. Paris, Hachette, vol. 1.
- \_\_\_\_\_. (1986), *Les origines de la France contemporaine*. Paris, Ed. Robert Laffont, t. 1 ("L'Ancien Régime").
- THOROLD ROGERS, J. (1886-1902), *History of agriculture and prices in England from the year after the Oxford parliament (1259) to the commencement of the continental war (1793)*. Oxford, Calrendon Press, 7 vols.
- \_\_\_\_\_. (1905), *Sentido económico de la historia*. Madri, La España Moderna.
- VÁRIOS. (1999), *Estudios de historiografía argentina (II)*. Buenos Aires, Biblos.
- VIRAD, Agnès et al. (dir.). (1997), *Henri Berr et la culture du XX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Albin Michel.

### **Resumo**

#### *A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina*

Neste artigo, o autor reconstrói as relações travadas entre os praticantes da disciplina histórica na Argentina e os novos aportes trazidos pelas ciências sociais, num período que vai desde meados do século XIX, com a *Historia de Belgrano* (1857), de Bartolomé Mitre, até o término da Primeira Guerra Mundial, quando a chamada Nueva Escuela Histórica passa a controlar a disciplina na universidade (após a Reforma Universitária de 1918). Para tal, detém-se especialmente nas apropriações feitas pelo debate local argentino das proposições da historiografia positivista europeia, como a obra de H. Taine, por exemplo, concentrando-se nos seguintes autores: Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López, José María Ramos Mejía, Ernesto Quesada, Augustín García, Juan Álvarez e Paul Groussac.

Palavras-chave: Historiografia argentina; Historiografia positivista; Ciências sociais.

### **Abstract**

#### *History and the social sciences in the professionalization of Argentine historiography*

In this article the author reconstructs the relations between academic historians in Argentina and the new contributions made by the social sciences during a period spanning from the mid 19<sup>th</sup> century, with the publication of *Historia de Belgrano* (1857) by Bartolomé Mitre, to the end of the First World War, when the so-called New Historical School began to control the discipline in the university following the 1918 University Reform. To this end, the text pays special attention to the ways in which the local debate in Argentina appropriated the proposals of positivist European historiography, such as the work of H. Taine, concentrating on the following authors: Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López, José María Ramos Mejía, Ernesto Quesada, Augustín García, Juan Álvarez and Paul Groussac.

Keywords: Argentine historiography; Positivist historiography; Social sciences.

Texto recebido e aprovado em 17/9/2009.

Fernando J. Devoto é membro do Instituto de História Argentina e Americana Dr. E. Ravignani, da Universidade de Buenos Aires. E-mail: fdevoto@fibertel.com.ar.